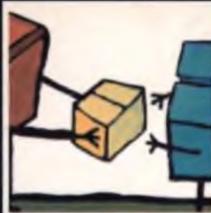


40  
ano  
UnB à frente



Lauro Morhy  
organizador geral

# Brasil em Questão

A Universidade e a  
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

# **Brasil** **em Questão**

**A Universidade e a  
Eleição Presidencial**

*Fernando Henrique Cardoso*

Presidente da República

*Paulo Renato Souza*

Ministro da Educação

*Francisco César de Sá Barreto*

Secretário de Educação Superior

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

### Conselho Diretor

*Lauro Morhy* – Presidente

*Antônio C. de Matos Paiva*

*Carlos Alberto Rodrigues da Cunha*

*Carolina Martuscelli Bori*

*Flávio Rabelo Versiani*

*Inocência Mártires Coelho*

*Gileno Fernandes Marcelino*

*Jacques Rocha Velloso*

## UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmart Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



# Brasil em Questão

## A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

**Lauro Morhy**

Co-organizadores

**Marcos Formiga**

**Regina Marques**

**Adler Andrade**

**Tânia Costa**

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

---

**2002**

**Equipe Editorial:**

Profª. Drª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Belª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, Nº 78

Ed. OK, 2º andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

B823                      Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-  
                                    cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora  
                                    Universidade de Brasília, 2002.  
                                    512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.  
3.  
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

---

CDU – 32(81)

## Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

**LAURO MORHY**  
**REITOR DA UNB**

## Sumário

### APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

### ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

### 29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

### 10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

### 20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL  
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

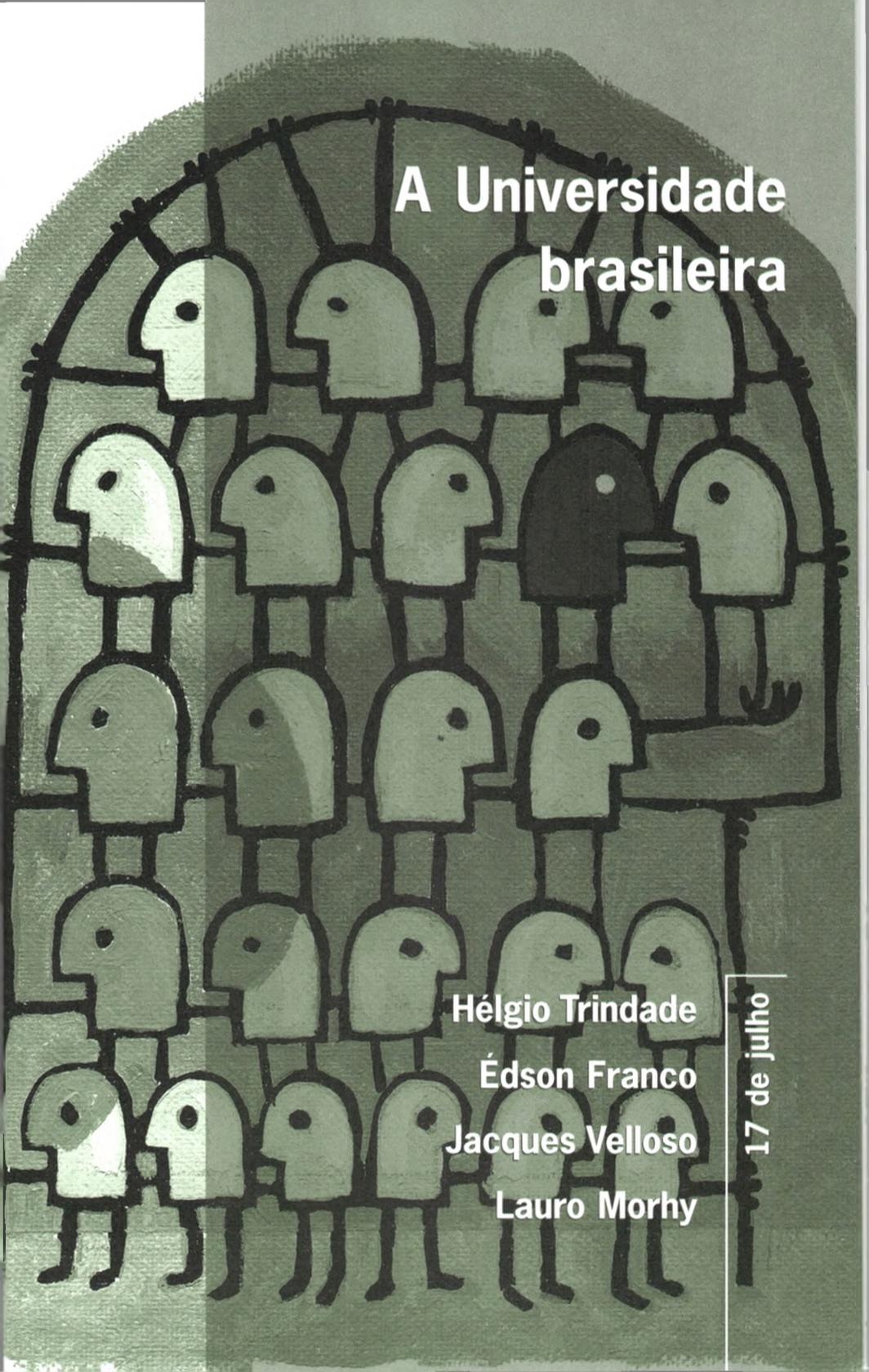
Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499







# A Universidade brasileira

Hélgio Trindade

Édson Franco

Jacques Velloso

Lauro Morhy

17 de julho



# A Universidade Brasileira

## Lauro Morhy

No ano do descobrimento do Brasil, existiam 62 universidades no mundo. Por volta de 1800, já eram 143. Na América Latina, as primeiras a serem criadas foram as de Santo Domingo (1538), Lima (1551) e México (1551), todas controladas por ordem religiosas (de jesuítas e dominicanos), dedicadas principalmente ao ensino de Teologia e Direito Canônico, e ao trabalho missionário. Ao todo, foram criadas, na fase colonial da América Latina, 20 dessas universidades. Nenhuma no Brasil. Na América do Norte, as primeiras universidades criadas foram as de Harvard (1636), Williamsburg (1693) e Yale (1701). Formavam pastores e administradores. Em 1776, já existiam nove universidades nessa região (Morhy, L. 1997a).

Costuma-se dizer que a universidade brasileira é temporã, já que demorou muito a chegar ao Brasil. A História registra que, em 1592, os jesuítas fundaram e instalaram a primeira universidade brasileira: a Universidade do Brasil. Mas, essa instituição não se consolidou. Consta que não foi reconhecida ou autorizada, nem pelo Papa, nem pelo Rei de Portugal, pelos riscos de emancipação que traria ao Brasil-Colônia, sob o domínio português.

Várias outras tentativas se seguiram, entre as quais registramos: a de Maurício de Nassau (1637-1644); a dos Inconfidentes (1789); a idéia do Instituto Acadêmico, abortada

com o regresso de D. João VI a Portugal (D. João VI, 1816); a proposta feita à Assembléia Constituinte e Legislativa do Império, de se criar universidades em São Paulo e em Olinda (1823); as propostas de criação do Instituto Brasílico, com características de universidade (1823) e do Instituto Imperial do Brasil (1826); a da Universidade de Goyana (1847); a da Universidade de Paulino de Souza (1870); a da Imperial Universidade Pedro II (1881); a de Antônio Joaquim Ribas (1883); a da “universidade modelo alemão, em Recife” (1873); a de Elysio Carvalho (1900); a de Gastão Cunha (1903); a de Rodrigues Lapa (1904) e a da Universidade do Paraná (1912), que foi criada pela Lei Estadual nº 1.284, mas depois desautorizada, com a revogação da Lei Rivadávia, pelo Decreto n. 11.530, de março de 1915, que só reconhecia a criação de instituições de ensino superior em cidades com mais de 100.000 habitantes, e Curitiba não atingira essa população...

Após mais de quatro séculos do descobrimento do Brasil, finalmente teve início o funcionamento, em 1920, da primeira universidade no País – a Universidade do Rio de Janeiro/URJ – depois denominada Universidade do Brasil, e, mais tarde, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. A URJ resultou da reunião da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito, então existentes.

Assim sendo, até o final da segunda década do século passado, não havia uma única universidade no Brasil. Enquanto as universidades de Bolonha, Oxford e Paris completavam 700 anos, Harvard, 284 e Yale, 219... Vale ainda observar que, quando a Universidade do Rio de Janeiro foi criada, a taxa de escolarização no ensino superior dos Estados Unidos já era 9,0 e na França 2,0!

Em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo, que contou com vários cientistas europeus, vindos da Alemanha,

da França e da Itália. Nos anos 40, outras universidades públicas e privadas foram sendo formadas, pela associação de Faculdades existentes, como a Universidade Federal de Minas Gerais (que já vinha funcionando desde 1927, com outra denominação, quando o governo do Estado reuniu as faculdades de Direito, Engenharia, Medicina e Odontologia e Farmácia), a Universidade Federal da Bahia, a Federal Rural de Pernambuco, a Federal Rural do Rio de Janeiro e as Pontifícias Universidades Católicas do Rio de Janeiro, do Paraná e do Rio Grande do Sul.

No início da década de 60, mais de 20 universidades estavam em funcionamento no Brasil. Tomava corpo um movimento de intelectuais e cientistas, ao qual se somava o movimento estudantil – que se organizava em associações bastante ativas. Foram, então, realizados numerosos encontros e debates sobre o papel e a situação das universidades, como, por exemplo, os Seminários Nacionais de Reforma Universitária – organizados pela UNE, em Salvador (1961) e no Paraná (1962). Nessa época, apareceu a idéia da criação da Universidade de Brasília, a UnB, como modelo inovador.

Em 15 de dezembro de 1961, foi, então, instituída a Fundação Universidade de Brasília, com o objetivo de criar e manter a Universidade de Brasília, que foi, de fato, instituída um mês depois, em 15 de janeiro de 1962. Na nova instituição, adotou-se o sistema Institutos/Faculdades/Unidades Complementares. Os Departamentos passaram a ser a unidade didática básica, em substituição à cátedra vitalícia. A nova estrutura evitava, por princípio, a duplicação de meios e recursos destinados ao ensino e à pesquisa. Alunos de diferentes cursos passaram a freqüentar aulas de disciplinas comuns; a biblioteca centralizada também evitava a duplicação de obras (Morhy, L. 1997b; 2001; 2002).

Para reflexão e discussão, observamos que a chegada rejeitada e tardia da universidade no Brasil – e a sua implantação, sob tutela e controle do Estado – podem ser explicações para o modo como são vistas e tratadas, ainda hoje, essas instituições em nosso País. Observe-se que universidades de Estados fortes, ou que vivem sob forte controle oficial, são bastante diferentes daquelas de nações democráticas e que estão assentadas em bases autonômicas evoluídas; podem até atender a demandas sociais, mas não são de linhagem livre. Não possuem alma plena. A universidade brasileira parece ter ficado no meio termo, e com a sociedade distante. Nos Estados Unidos e em países onde as universidades nasceram da livre iniciativa social, mesmo quando caíram nas garras burocráticas do Estado, total ou parcialmente, a sociedade manteve cuidados com a **sua** universidade, pois, possuindo laços históricos com essas instituições, sabe bem da sua importância para todos. A sociedade brasileira ainda está longe de compreender as universidades em sua real dimensão, e é preciso que trabalhem nesse sentido. É importante que as universidades públicas compreendam que a sua verdadeira matriz e principal parceira deve ser a sociedade e não apenas o Estado.

## **Expansão**

Em 1950, cerca de 10 universidades estavam em funcionamento no Brasil. No ano 2000, o INEP/MEC registrou a existência de 156 universidades, total de 1.180 instituições de ensino superior, incluindo centros universitários, faculdades integradas, faculdades, escolas, institutos e centros de educação

tecnológica. O censo 2000 também registrou 71 universidades públicas (federais, estaduais e municipais); 85 universidades privadas; 50 Centros Universitários, sendo 49 privados; 90 Faculdades Integradas, sendo 88 privadas; 865 Faculdades, Escolas e Institutos Isolados, sendo 782 privados e 19 Centros de Educação Tecnológica, todos públicos.

São raros os dados estatísticos existentes sobre o ensino superior no Brasil, relativos aos anos que antecederam a década de 1970. Mas, os registros referentes aos cursos de Economia, Direito, Engenharia, Filosofia (que incluía várias modalidades) e Medicina mostram uma evolução de matrículas: de 15.943 alunos, em 1932, para 112.641 alunos, em 1964 (RBEP n.101, p.122-123). Em 1968, já estávamos com 278.295 alunos matriculados em cursos de graduação universitária. Em 1975, já tínhamos 1.072.548 alunos universitários. Em 1994, esse número era de 1.661.034 e, em 2000, já alcançava 2.694.245 matrículas (MEC, 2001). Portanto, em 32 anos, as matrículas em cursos de graduação universitária cresceram 968,1%; nos últimos 6 anos, o crescimento foi de 62%. Foi também muito grande a expansão nos cursos de Mestrado e Doutorado, que somaram um total de 96.618 alunos, no ano 2000.

Entretanto, em termos relativos, as estatísticas oficiais registraram 41,6% de matrículas em instituições públicas e 58,4% em instituições privadas, em 1994. No ano 2000, as instituições públicas representavam 32,9% e as privadas 67,1% do total de matrículas. As instituições federais caíram de 21,9% para 17,9% nos últimos seis anos. Consideramos que essa expansão não é compatível com as demandas sociais.

Exames um pouco mais acurados podem mostrar, facilmente, que o quadro universitário brasileiro é ainda bastante insuficiente

no geral, tanto em quantidade, quanto em qualidade. Entretanto, em sua heterogeneidade, até dentro de uma mesma instituição, existem setores muito avançados – comparáveis ao que há de melhor no mundo – e outros que são bastante atrasados.

## Finalidades

De acordo com a Lei nº 9.394/1996, a Educação Superior tem as seguintes finalidades:

- I. estimular a criação cultural e desenvolvimento do ensino científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem patrimônio da humanidade, e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos na estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento e de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular dos nacionais e regionais, prestar

serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta, relação de reciprocidade;

- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição.

As finalidades e conceitos sobre as universidades e o seu papel são temas relativamente complexos e, hoje, bastante controversos. A verdade é que, além de algumas propriedades gerais, comuns a todas essas instituições, cada uma delas possui também feições e características próprias, geralmente associadas à região e à sociedade a que pertencem. Essa diversidade contribui muito para a própria dinâmica evolutiva da universidade.

## Organização geral

A Educação brasileira, em suas bases legais, pressupõe o trabalho colaborativo integrado e harmonioso dos sistemas de ensino legalmente estabelecidos em todos os níveis: federal, estadual e municipal mantidos pelo poder público e pela iniciativa privada. A Educação superior é aberta a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido aprovados em processo seletivo. Esse assunto tem sido bastante discutido e temos realizado importantes experiências na UnB e no Brasil. É assunto sempre controverso e sempre esbarra, em última instância, no limite de vagas em determinados cursos, sobretudo em universidades públicas.

O Decreto nº 2.306/1997, que regulamentou a Lei de Diretrizes e Bases, definiu, para o sistema federal de ensino superior,<sup>5</sup> a seguinte organização acadêmica básica:

- I. Universidades: instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior, caracterizadas pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estabeleceu-se que as universidades mantidas pelo poder público gozariam de estatuto jurídico próprio;
- II. Universidades Especializadas: organizadas por campo do saber. Com atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- III. Centros Universitários: instituições pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas de conhecimento, que devem oferecer ensino de excelência, oportunidade de qualificação do corpo docente e condições de trabalho acadêmico;
- IV. Centros Universitários Especializados: com atuação em área de conhecimento específico ou de formação profissional;
- V. Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores ou Escolas Superiores e Centros de Educação Tecnológica: Instituições especializadas para qualificar profissionais e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- VI. Institutos Superiores de Educação: destinados à formação inicial, continuada e complementar de docentes da educação básica (não constam no Decreto nº 2.306/1997, mas constam nos artigos 62 e 63 da LDB e na Resolução do CNE/CP nº 1 de 30/9/1999).

Essa organização bastante diversificada apresenta vantagens interessantes e também algumas desvantagens. Entretanto, não é isso o que mais preocupa e, sim, o mercado educacional que se instalou no País, fugindo aos limites éticos necessários.

Ainda quanto a aspectos organizativos legalmente estabelecidos, lembramos que:

- as universidades gozam de autonomia legal para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, tudo sob as normas gerais da União;
- segundo o art. 52 da LDB, as universidades deverão ter 1/3 do corpo docente em regime de tempo integral;
- pelo art. 57, os professores das instituições públicas devem dar um mínimo de 8 horas de aulas por semana;
- pelo Decreto nº 2.306/1997, os docentes do Sistema Federal de Ensino Superior devem prestar 40 horas semanais de trabalho na mesma instituição, sendo-lhes reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais, destinadas a estudos, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Cavalcante, J. F., 2000).

## Autonomia

A autonomia universitária foi concedida pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, a sua implementação foi insatisfatória e até desastrosa para o País. Pode-se considerar que a autonomia didático-científica, estabelecida pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases, conferiu razoável liberdade de trabalho acadêmico às universidades. Entretanto, essa liberdade está fortemente prejudicada pelas restrições constitucionais e legais existentes, no que diz respeito à administração das instituições universitárias e similares e quanto à gestão financeira e patrimonial dessas instituições. Recentemente, a lei que criou a Procuradoria Geral Federal e os dispositivos que centralizaram as auditorias das universidades, em órgão ligado à Presidência da República, comprometeu ainda mais os princípios autônômicos universitários.

## Ensino, Pesquisa e Extensão

Há grande heterogeneidade nos padrões e níveis de ensino, pesquisa e extensão das universidades brasileiras. Em geral, as instituições públicas apresentam melhores resultados nas avaliações do ensino de graduação e pós-graduação, maior produção científica e papel mais importante na extensão. Esse tema é amplo e merece aprofundamento e reflexões. Não teríamos tempo para abordá-lo devidamente nesta ocasião. Entretanto, o assunto pode hoje ser encontrado em numerosas publicações existentes.

## Financiamento

A expansão quantitativa, a diversificação e as dificuldades financeiras são as principais tendências comuns nas instituições de ensino superior em todo o mundo. No Brasil, o setor público também foi severamente apenado pela redução relativa de recursos, chegando-se hoje a uma crise bastante grave, especialmente nas Instituições Federais de Ensino Superior/IFES. Há urgentes necessidades de reposição de pessoal docente e técnico-administrativo, de estabelecimento de uma política salarial, corrigindo as defasagens existentes, de recursos para a manutenção básica e para atender às novas demandas decorrentes da própria dinâmica universitária. Até pouco tempo, por exemplo, não se necessitava de computadores, redes e insumos pertinentes. Hoje, há absoluta necessidade disso e os orçamentos institucionais não cobrem as novas despesas. Nada menos do que 90% dos orçamentos institucionais são destinados a cobrir despesas com pessoal. O restante destina-se basicamente a outros custeios e manutenção geral. Seria desejável que ao menos 25% do orçamento tivessem essa destinação.

Modernos mecanismos de gestão podem contribuir para melhorar a eficiência das universidades. Mas a própria introdução desses mecanismos requer investimentos que assegurem, não apenas a sua implantação, mas também a sua continuidade. Não é possível saltar para um patamar de gestão mais avançada, sem uma política salarial compatível, que se assegure a permanência de quadros na instituição.

A criação das Fundações de Apoio, ligadas às universidades, foi um passo importante, visando a contornar as dificuldades burocráticas. De fato, elas ajudaram e ajudam muito. Melhor seria, no entanto, que a autonomia universitária tornasse prescindíveis essas instituições.

As instituições privadas, em geral, tendem a consolidar-se financeiramente, adotando modelos gerenciais e administrativos bastante pragmáticos, que não estão sob as amarras do regime público brasileiro – freqüentemente jurisdicista, burocrático e retrógrado, a nosso ver incompatível com a própria idéia verdadeira de universidade.

## Perspectivas

A realidade atual requer uma nova universidade. E parece que uma nova universidade brasileira está nascendo. Não por caminhos diretos ou cartesianos, como somos acostumados a pensar, mas por uma via complexa, nem sempre muito lógica. Sempre digo que um dos nossos equívocos é querer aplicar leis cartesianas num país que parece tender mais para o barroco, talvez porque assim também parece ser a política da sobrevivência. Linhas tortuosas, confusas, com rococós, mas, no final, pode-se

chegar a um quadro ou a uma obra interessante e, até, bonita. Precisamos, entretanto, trabalhar mais para acelerar a construção dessa nova universidade para os novos tempos. A nova universidade pública está mais atrasada nessa inovação e reconstrução que a privada, e será necessário um posicionamento político decisivo do novo governo brasileiro, a partir de janeiro de 2003.

Todos estão convencidos da necessidade das mudanças, mas as propostas concretas ainda estão por aparecer. No que diz respeito à universidade pública, algumas propostas estão aparecendo, como diz o povo: “no andar da carruagem e numa estrada tortuosa e bem esburacada”. Quanto às instituições privadas, modelos muito diversificados estão sendo introduzidos – que se vão adaptando às demandas do momento.

Não devemos esquecer que os adaptados de ontem são os inadaptados de hoje, e que os adaptados de hoje serão os inadaptados de amanhã... Em matéria de universidade, não precisa ser assim.

## Bibliografia

CAVALCANTE, J. F. *Educação Superior: conceitos, definições e classificações*. Brasília: INEP/MEC, 2000, 54p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Fatos sobre a Educação no Brasil 1994–2001*. Brasília, 2001.

MORHY, L. Do Claustro à Universidade Moderna. *Correio Braziliense*, Brasília, 10 dez. 1997a.

\_\_\_\_\_. A Universidade no Brasil. *Correio Braziliense*, Brasília, 29 dez. 1997b.

\_\_\_\_\_. Universidade ontem e hoje...e amanhã? *UnB Revista*, Brasília, p. 74-76. 2001.

\_\_\_\_\_. FUB-UnB, 40 anos! *UnB Revista*, Brasília, p.121-122. 2002.

*Impressão e Acabamento:*



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: [quick@gns.com.br](mailto:quick@gns.com.br)

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* "é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil". É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

**BRASILIDADE** • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy